

05 JUL 1991

CORREIO BRAZILENSE

Nota acaba por atingir salário de parlamentar

A crítica dos ministros militares ao aumento dos funcionários do Congresso serviu para congelar os vencimentos dos próprios senadores e deputados. "É claro que esta é uma questão já institucionalizada: os nossos vencimentos subirão apenas quando subirem os de todos os funcionários públicos e subirão na mesma proporção", confirma o senador piauiense Hugo Napoleão, presidente do PFL.

Logo depois de rejeitar a Medida Provisória 296, que elevava no máximo 30 por cento os salários de alguns segmentos de funcionários — entre eles os militares —, o Congresso elevou em 37,8 os vencimentos de seu pessoal, mas deixou fora, por algum tempo, os dos deputados e senadores, que tiveram críticas externas naquele momento.

Agora, entende Hugo Napoleão que os vencimentos dos con-

gressistas, atualmente em Cr\$ 1,5 milhão mensais, não poderão subir na mesma proporção que a de seus funcionários. Devem subir no mesmo nível geral para os funcionários do Executivo, que, por falta de fundos públicos, deve estar abaixo do que ganhou o pessoal do Congresso.

De qualquer forma, acredita o senador Hugo Napoleão que os ministros militares estavam cobertos de razão em sua crítica ao Congresso, mas que usaram um instrumento indevido para manifestar a reclamação, a divulgação pública de uma nota. "Fico triste com todo esse episódio porque, embora a nota esteja cheia de verdades, a forma de manifestação não me pareceu adequada", pondera o senador e acrescenta:

— Acredito que não seja democrático expressar essa reclamação contra o Congresso por uma nota.